

## APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (I)

Gabriela Martin

Bolsista do C. N. Pq.

A pesquisa arqueológica no Brasil nasceu à sombra de viajantes, naturalistas, botânicos, geólogos e paleontólogos estrangeiros, enviados por seus países para enriquecimento de coleções de museus europeus, e também de antropólogos, estudiosos de sociedades selvagens ainda vivas. Por isso, entre os cientistas do século XIX, arqueólogos e naturalistas confundem-se e complementam-se. Lund era sobretudo paleontólogo, preocupado com fósseis da fauna extinta. Seu estudo sobre o homem da Lagoa Santa foi casual, já que o achado de fósseis humanos não poderia deixar de interessar a um cientista do seu porte. Emilio Goeldi, o organizador do museu que hoje leva seu nome, fora eminente botânico, porém a visão global que tinha da ciência de seu tempo e a própria riqueza temática oferecida pela Amazônia, levou-o a criar seções de zoologia e antropologia que aumentariam gradativamente o acervo do Museu. O nosso Ladislau Netto começou sua vida científica como botânico, especialidade em que se doutorou em Paris.

Na Europa, o interesse arqueológico nasceu muito antes dos chamados "estudos antediluvianos". A lembrança da Grécia e de Roma, do Egito e da Pérsia não se perdera totalmente e a volta ao passado iluminou a Renascença. No século XVII, Winkelmann

assentaria as bases da Arqueologia clássica e Schliemann, arqueólogo amador, em 1868, consegue descobrir Tróia, baseado, praticamente, apenas no relato homérico. Ernest Renan, de quem o brasileiro Ladislau Netto fora amigo, iniciaria em 1861, as escavações na Fenícia como chefe da missão francesa. Os nomes de Mariette, Petrie e Maspero enriquecem a arqueologia egípcia do século XIX e começos do XX. A arqueologia brasileira entretanto não oferecia achados espetaculares à altura do Oriente, do Peru ou do México, e foi durante todo o século XIX e boa parte do atual, modesto capítulo dos estudos naturalistas e, eventualmente, matéria para loucos e visionários a procura de civilizações perdidas ou como diz Angyone Costa (1), esperando "descobrir hieroglifos nos riscos e círculos concêntricos nas garatujas de toda espécie, com que os índios, bandeirantes, caçadores, excursionistas, assinalam sua passagem por serras, cataratas, rios cavernas e grotas do país"... "registraram fatos ao acaso, copiaram riscos, anotaram credences, agindo em função da fantasia, para não sermos mas severos na seleção do vocábulo. Vieram à nossa terra fantasiar, descobrir restos da civilização egípcia, no São Francisco, ou ruínas das civilizações gregas, no vale amazonico "

Junte-se a esses fatos o desconhecimento que até fins do século XIX se tinha da grande antiguidade do homem e as limitações que a religião impunha num país onde a educação estava praticamente em mãos de religiosos e se compreenderá os empecilhos que os estudos pré-históricos encontraram até atingir o seu atual critério científico.

No século XVII, o bispo Ussher, após apurados cálculos das idades dos patriarcas da Bíblia, chegava à conclusão de que o mundo fora criado no ano de 4004 antes de Cristo. O Dr. Lightfoot, vice-reitor da Universidade de Cambridge, não querendo ficar em situação de inferioridade científica, afinou ainda mais a cronologia, estabelecendo que o grande evento teve lugar no dia 23 de outubro do mesmo ano, às nove horas da manhã. A história da humanidade deveria, portanto, encerrar-se num espaço de tempo inferior a 6000 anos; o que acontecera estava na Bíblia e o que nela não aparecia simplesmente não existia. Com semelhante espírito descobridores espanhóis e portugueses e os eruditos que os seguiram, enfrentaram, passadas as primeiras surpresas, a evidência de que existiam nas terras de Cipango e Vera Cruz. numerosos grupos humanos dos quais a Bíblia não falava e empreenderam então a difícil tarefa de procurar-lhes um lugar ao sol nas páginas do Livro Sagrado, sobretudo depois que a bula de 1537, do Papa Paulo III, definitivamente estabeleceu que os índios americanos também eram filhos de Deus, redimidos por Cristo do pecado original e tinham direito à salvação eterna. Surgem assim as bases de uma arqueologia mitológica apoiada na Bíblia, particularmente em algumas passagens do Antigo Testamento, que falam de navegações demoradas a lugares não satisfatoriamente identificados.

A história da Arqueologia brasileira, embora recente, não escapou às influências míticas e poderia ser dividida em três fases principais:

- a) mitos heróicos;
- b) relatos de missionários, viajantes, eruditos e charlatães;
- c) moderna investigação científica.

Esta divisão, não significa correspondência a momentos cronológicos consecutivos. Simultaneamente à seriedade científica do sábio Lund, Honfroy de Thoron escrevia sobre supostas viagens da frota de Salomão ao Amazonas (2) e mesmo na atualidade, paralelamente às pesquisas e descobertas de arqueólogos profissionais, grupos de amadores continuam procurando as pegadas dos fenícios nos sertões nordestinos ou "redescobrimo" a gênese americana do homem. Porém, mesmo os autores das teorias mais fantasiosas devem ser estudados, porque as suas pesquisas, eventualmente, enriqueceram muitas vezes museus e coleções, descobrindo-se também sítios arqueológicos e pinturas rupestres que, posteriormente, arqueólogos mais preparados puderam estudar.

Na história dos mitos heróicos, podemos distinguir: a interpretação dos textos

bíblicos; as navegações fenícias e o mito da Atlântida que por sua vez se relaciona com a lenda das sete cidades e da ilha Brasil.

Vejamos em primeiro lugar de onde se originaram os mitos sobre navegações mediterrâneas antigas ao Brasil, já que qualquer teoria, por descabida que seja, geralmente se apóia em indícios ou fonte antiga. Os primeiros europeus a se interessar pelo estudo dos indígenas foram os missionários católicos, principalmente franciscanos e jesuítas, convencidos de que só conhecendo sua língua e costumes, seria mais fecundo o labor apostólico. A problemática em torno das origens dos indígenas não se faria esperar e a idéia de hordas, atravessando as terras geladas do Estreito de Bhering a nenhum deles ocorreu, simplesmente porque a América setentrional era ainda quase completamente desconhecida. A necessidade de enquadrar os índios na herança de Adão e Eva, porque só do primeiro casal poderiam ser descendentes, levou-os a procurar em alguma das doze tribos dispersas de Israel as origens do índio americano, como aliás já se fizera para explicar a existência dos antigos habitantes pré-romanos da Península Ibérica ou das ilhas britânicas. Na primeira, entre outros numerosos exemplos, o sábio Marco Antonio Palau em sua "Diana Desenterrada", escrita em 1640, fez chegar às costas ibéricas. Tubal, da estirpe de Noé; as ilhas britânicas teriam sido povoadas por Gomer, neto de Noé, segundo um outro erudito gaulês, da mesma época. Porém, de todos os povos da Antiguidade, foram os fenícios os que lograram mais adeptos e achamos que esta preferência tem sua justificativa. Em primeiro lugar, os fenícios são povo conhecido como experientados navegadores. A fundação de numerosas feitorias e colônias no Mediterrâneo e suas navegações além do Estreito de Gibraltar bem o demonstram. As navegações até a Cornualha, seguindo a rota do estanho ou descendo a costa da África, como parecem indicar os périplos de Hannon e Himilcon, demonstram que os navios púnicos cruzaram as Colunas de Hércules aventurando-se no oceano. Junte-se a isso as referências bíblicas das navegações de Hirão e Salomão à misteriosa Tarsis, provavelmente Tartessos, na Península Ibérica. Vale a pena repetir as passagens bíblicas que fazem referências às tais viagens.

"Fez o rei Salomão naus em Eziom-Gebel, que está junto a Elate, na praia do Mar Vermelho, na terra de Edom. Mandou Hirão com aquelas naus os seus servos, marinheiros, conhecedores do mar, com os servos de Salomão. Chegaram a Ofir, e tomaram de lá quatrocentos e vinte talentos de ouro que trouxeram ao rei Salomão."

(REIS ,I, 9, 26, 28)

Também as naus de Hirão que de Ofir transportavam ouro, traziam de lá grande quantidade de madeira de sândalo e pedras preciosas."

"Porque o rei tinha no mar uma frota de Tarsis, com as naus de Hirão; de três em três anos voltava a frota de Tarsis, trazendo ouro e prata, marfim, búgios e pavões".

(REIS, I, 10, 11 e 22)

Fez Josafá navios de Tarsis, para irem a Ofir em busca de ouro; porém não foram porque os navios se quebraram em Eziom-geber".

(REIS, I, 22, 49)

"Porque o rei tinha navios que iam a Tarsis, com os servos de Hirão; de três em três anos voltavam os navios de Tarsis, trazendo ouro e prata, marfim, búgios e pavões".

(CRONICAS. II, 10, 2 =)

De novo citam-se os navios de Tarsis em Isaías (2, 12, 16) e em Ezequiel, na lamentação sobre Tiro:

"Tarsis negociava contigo, por causa da abundância de toda sorte de riquezas: trocavam por tuas mercadorias prata, ferro, estanho e chumbo".

"Os navios de Tarsis eram as tuas caravanas para as tuas mercadorias; e te enriqueceste e ficaste famosa no coração dos mares".

"Os teus remeiros te conduziram sobre grandes águas; o vento oriental te quebrou no coração dos mares".

(EZEQUIEL, 28, 12, 25 - 26)

Ainda em Jonas, encontra-se a idéia de um país longínquo chamado Tarsis:

"Jonas se dispôs, mas para fugir da presença do Senhor para Tarsis; e tendo descido a Joze, achou um navio que ia para Tarsis; pagou, pois, a sua passagem e embarcou nele, para ir com eles para Tarsis, para longe da presença do Senhor".

(JONAS, 3)

Esses textos bíblicos podem-se relacionar com as viagens comerciais dos fenícios ao Ocidente, ou seja à Península Ibérica, através da rota dos metais iniciadas a partir do século IX a C., quando fundaram a feitoria de Gades (Cádiz), porém a idéia de uma longa viagem, com duração de três anos, navios de grande porte, que se repete também em Isaías (2, 14 - 16), e as referências a "grandes águas" e ao "coração dos mares" foi interpretada como viagem oceânica; os bígios e pavões dão idéia de um país tropical e o ouro e a prata fizeram alguns eruditos brasileiros transferirem o "Eldorado" da Antiguidade que foi a Península Ibérica, rica em metais preciosos, para o "Eldorado" americano, tão procurado pelos conquistadores hispânicos. O mito ainda encontraria maior apoio no fantasioso relato do aventureiro Orellana e o seu suposto encontro com as amazonas do Grande Rio, levando-se assim as filhas de Pentésilea à América do Sul.

Inoculado na alma dos proto-arqueólogos o germen da suposta colonização fenícia do Brasil compreender-se-á a alegria de Ladislau Neto quando do achado da apócrifa inscrição fenícia da Paraíba do Sul e a sua decepção ao constatar que tratava-se de uma fraude, tema de que já tratamos em trabalho anterior (3). Esse fato porém não fez desistir aos partidários de tão peregrina teoria tais como Thoron, Silva Ramos, Bougard de Magalhães o cônego Barbosa ou o Pe. Lima, e o próprio Federico Hath. Atualmente, as navegações fenícias têm ainda fiel defensor em Barata, presidente do Grupo Arqueológico do Ceará, para citar apenas a alguns autores brasileiros, porque em relação a outros países das Américas a bibliografia é interminável, recolhida em parte por Imbeloni no seu trabalho sobre as profecias da América (4).

A escola autoctonista teve também partidários no Brasil, seguidores das teorias do paleontólogo argentino Florentino Ameghino (5), idealizador do homem americano a partir de "humunculos terciários" como o **Tetraprothomo argentinus** e o **Diprothomo platensis**. Seu crence mais radical seria Domingo Magarinos (6), idealizador de "uma raça troncal", originária nas Américas e no Brasil, com uma escrita "primitiva universal" que propagada por todo o mundo gerou a fenícia, a hebraica, a árabe, a egípcia, a chinesa e a grega. De opinião semelhante foi Alfredo Brandão (7), também defensor de uma "escrita mater", brasileira, "perdida pela involução da raça através de milênios". Considerar o índio americano consequência do retrocesso cultural até a queda na barbárie de uma raça superior de cultura mais avançada, não é idéia exclusiva de Brandão.

Aparece em numerosos autores como o próprio Teodoro Sampaio (8) e na realidade tem sua origem no desejo de derivar culturas ameríndias de civilizações superiores mediterrâneas e no caso dos hiper-autoctonistas americanos, do tipo de Brandão, só uma cultura tão grande quanto fantástica poderia ser a mãe de todas as outras. Como diz Hauser (9) "A concepção legendária da Idade de Ouro é antiquíssima". O desejo das origens e do passado heróico está latente em todos os povos, razão do êxito do mito da Atlântida e de seus habitantes, em tantos autores, entre os quais não faltam brasileiros. Não nos deteremos aqui a analisar o tema e remetemos o leitor à exaustiva e interessantíssima obra de Vivante e Imbeloni "Libro de las Atlantidas" (10), na qual os dois autores analisam como através dos tempos o famoso mito platônico influenciou a história americana. Impõe-se todavia dizer que em relação ao tema da Atlântida estão conjugados os mitos das sete cidades e da ilha Brasil.

É curioso assinalar que na cartografia imaginária, anterior aos descobrimentos, talvez pela influência da ilha Atlântida, a idéia continental não aparece. No Oceano a imaginação vê sempre ilhas: a Atlântida platônica, a Tule greco-romana, a Antília e ilha Brasil. Como diz P. Calmon, (11), desde 1325, quando aparece no mapa de Angelino de Dalorto, a ilha Brasil viajou entre os cartógrafos do Polo Norte para o Equador.

O nome Brasil para designar um tingente, é usado como anterioridade ao uso do topônimo, em numerosos textos de línguas românicas, com a da latinização **bresilum** do nome árabe **bakkam**, citado por Humboldt (12) e recolhido depois por numerosos autores. Encontramo-lo também numa obra da literatura espanhola que nada tem a ver com navegações nem mitologias, anterior aos descobrimentos portugueses, **Corvacho o reprovación del amor mundano**, escrita por Martinez de Toledo, arcepreste de Talavera, em 1438, sátira contra as mulheres e caricatura dos seus defeitos: "los bezos muy bermejos, non de lo natural, sinon pié de palomina grana con el **brasil** com alumbre mezclado". Impõe-se a citação por tratar-se de literatura popular o que demonstra que era palavra comum. O Brasil e a ilha Brasil serão temas por demais sugestivos para que os partidários da mitologia brasileira pré-colombiana não os utilizem.

Por sua parte, o mito das sete cidades, também relacionado com a ilha Brasil, surgiu da própria Península Ibérica. No século VII, um bispo católico, fugindo da invasão sarracena, que em algumas versões é o próprio rei D. Rodrigo, último da dinastia visigoda derrotada pelos árabes, embarcou em Lisboa rumo ao Oeste chegando a um país desconhecido — uma ilha — onde fundara sete cidades. A estória começou a correr na cartografia incipiente anterior aos descobrimentos e imediatamente posterior. Toscanelli, na carta a Colombo, em 1474, fala da ilha das sete cidades e Vivante-Imbeloni (13) citam um mapa, de 1508, no qual as **Septem Civitatem** estão na América Setentrional. A lenda, misturada a outras de origem indígena, estendeu-se pelas Américas e aventureiros de todas épocas sempre procuraram as sete cidades do norte a sul. Na América do Norte, seriam confundidas com as estranhas cidades dos índios "pueblos" — os zunhis — achados na epopéia vivida por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e seus companheiros, e procuradas depois, por Frei Marcos de Niza e tantos outros. Foram também procuradas as sete cidades entre os maias e incas. No Brasil, as curiosas formações geológicas do município de Piracuruca, no Piauí, transformaram-se, por fim, nas Sete Cidades fabulosas. A lenda, no Brasil, foi sobretudo espalhada pela imaginação do pitoresco Ludwig Schwenhagen (14), austríaco semi-louco, autor de um incrível tratado sobre as viagens dos fenícios ao Brasil, onde teriam estabelecido seu império colonial nas Sete Cidades piauienses. Porém, não foi ele o único a acreditar na história das sete cidades; o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, (15) entre outros e quantos acharam grata a idéia da colonização antiga no Brasil, também acreditou piamente na história das sete cidades, que de Cibola transformara-se no Piauí.

Uma das obras mais antigas sobre Pré-história brasileira é a obra de Ferraz de Macedo, hoje muito rara, editada em Lisboa em 1886, simultaneamente em francês e português, sob o título de "Ethnogenia Brasileira, esboço critico sobre a Pre-história do Brazil e autochtonia polygenista baseado nas recentes descobertas archeologicas da

América apresentadas na exposição anthropologica do Rio de Janeiro de 1882". Nela o autor sustenta a autoctonia poligenista do homem americano, porém não é estritamente fiel às idéias de Ameghino, aceitando que a gênese humana se deu, simultaneamente, em todos os lugares da terra em que as condições da flora e fauna tornaram possível, inclusive na Oceania e regiões hoje imersas nos oceanos. A parte mais interessante do livro é a que nada tem de científica nem arqueológica e é constituída de informações para o conhecimento da "petit histoire" dos homens que iniciaram a nossa arqueologia. Por razões que não ficam claras, logo no prólogo, que o autor chama de **anteloquio**, há violento ataque contra Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional e que, havia pouco, publicara "Investigações sobre a archeologia brasileira" (16) que lhe valera o título de sócio correspondente da Sociedade Antropológica de Berlim. Já na segunda página é acusado de ter praticado **"uma extorquição intellectual por meio de uma espécie de violência policial"**. Não conhecemos as razões pessoais da malevolência do português Macedo contra Ladislau Netto, porém deduzimos que ou era um grande invejoso ou tinha profundas razões de mágoa contra o sábio brasileiro; basta que se transcreva um trecho do citado "anteloquio" para se apreciar os termos do libelo: "Estes fofos benemeritos civis hão de ser sempre a negra macula que ha de malsinar os honrosos brazões da legítima aristocracia; estes energumenos por lentejuolas hão de ser sempre, também, a vergonha e desgosto dos legítimos sabios academicos. Em contra-posição: os chulos aristocratas e os academicos estupidos e picarescos hão de ser a constante glória do desprezencioso trabalhador que os não tem por companheiros nem legas". ... Não parou aí o violento Dr. Macedo nos seus ataques a Ladislau Netto. Em seu livro tenta demonstrar que Ladislau era apenas um plagiário descarado, acusando-o de roubar os desenhos e as pesquisas de Paul l'Epine, francês contratado pelo Museu Nacional para desenhar a coleção egípcia do Museu e a da cerâmica de Marajó. Segundo o autor, Ladislau Netto teria invadido a casa de l'Epine, na sua ausência, apoderando-se de numerosos manuscritos contidos numa mala e depois o denunciado à polícia como ladrão. Acompanham as afirmações de Macedo uma declaração do próprio l'Epine e outra da sua anfitriã, ambas com autenticação de cartório e do consulado da França.

O curioso livro, no segundo capítulo, sob o título de "os plágios científicos e a importância dos symbolos de Marajó" continua enumerando os grandes plagiadores da história dentre os quais não escapa Santo Inácio de Loyola, e no qual como era de se esperar, também aparece o nome de Ladislau Netto. Em resumo, Macedo afirma que as tábuas comparativas dos "hieroglyphos" de Marajó com sinais mexicanos, chineses e egípcios eram obra de l'Epine, "ilustre orientalista" conhecedor do chinês e do egípcio e não de Ladislau Netto que "mal falava francês e português". Sem discutir se houve ou não plágio, tanto Netto como l'Epine, sejam as tábuas de um ou outro, ambos pouco sabiam da escrita chinesa e da egípcia. A comparação aliás é totalmente absurda. A respeito do bom ou mal francês do brasileiro, está claro o exagero de Macedo, pois Ladislau fora distinguido aluno da Sorbona onde obtivera seu título de doutor, além de outras honrarias.

Macedo realizou curiosas experiências e chegou a estranhas e insólitas conclusões. Comparou um dos crâneos achados por Lund, na Lagoa Santa, com outros: o de um indígena botocudo, o de um lusitano "reduzido a escravo durante a dominação romana", o de um indígena da margem do Xingú e o de um célebre assassino português, executado em 1842, para chegar à conclusão de que "é realmente surpreendente a igualdade nos contornos"... "sendo para nos surpreender, a final, que a par dos mais antigos habitantes da Península Ibérica até hoje encontrados e o do Brazil, vejamos um tipo dos mais extraordinários facinoras e, junto deste, talvez, o das mais delicadas e bondosas creaturas femininas antigas e contemporaneas, aferindo todas pela mesma craveira geométrica".

No fim da sua erudita dissertação sobre a "ethnogenia brazillza" Macedo volta à carga contra Ladislau Netto e "nas notas fazendo parte do texto" inclui algumas declarações, publicadas na imprensa da época, do então diretor do Museu do Amazonas,

J. Barbosa Rodrigues, também seu inimigo declarado. Num artigo na "Folha Nova". publicado em 1885, diz referindo-se ao sábio alagoano: "Todo homem, embora coberto pelo prestígio oficial e pelas lentejoulas, deve ter honra, e deve defendê-la para mostrar que não é um caráter pôdre. É o homem em face do homem. Prove-me que estou há oito anos assalariado para saltar-lhe as pernas, se não o fizer é o mais vil dos miseráveis caluniadores. Assoalha que o exmo. barão de Capanema, para o perseguir (?) serve-se de mim; essa injúria repillo-a, cuspo-a com toda a energia porque os que me conhecem sabem, que nem o meu caráter isso suportaria, nem o caráter nobre e franco do exmo. barão precisa, se for preciso, para esmagar um verme de um pé alheio".

As notas a que nos referimos estão vinculadas também a um longo artigo com o título "O Sr. Ladislau Netto e a archeologia brasileira", assinado pelo escritor Sylvio Romero que, com indisfarçado sarcasmo, ridiculariza igualmente os trabalhos de Netto, chamando-o de "beduíno anthropologico" e atacando-o, como seria de esperar, no obscuro assunto da inscrição fenícia apócrifa da Paraíba. Os ataques de Sylvio Romero são ainda mais violentos que os de Macedo; depois de o chamar "audacióssima encarnação da fofice brasileira que se chama Ladislau de Sousa Mello e Netto", continua sua catilinária: "Em vez de limitar-se a descrever o material archeológico sujeito a sua analyse, fornecendo assim aos sábios europeus subsídios para comparações futuras, Ladislau, acoroçado por não sei que maligno demônio, entrou a hypnotisarnos em chînes e egipcio, como já d'antes nos embasbacára em phenicio e hebraico. É um mágico... Ele, que é incapaz de escrever vinte linhas certas em francez, elle, que mastiga mal a própria língua, arrotando agora quatro idiomas orientais difficilimos, pertencentes a três grupos ethnograficos diversos"... "Onde e quando os estudou e quem foram os seus mestres? Da affirmção da ignorancia absoluta do diretor do Museu Nacional — o Sr. Ladislau De Sousa Mello e Neto — em qualquer dos ramos das línguas orientais, tomo eu a responsabilidade histórica *ex auctoritate que fungor*. E para tanto, basta conversar com elle dez minutos"...

Sarcasmos do mesmo teor espalham-se ao longo de todo o artigo do escritor sergipano, cujo ódio aos inimigos era tão conhecido como a fidelidade aos amigos.

As "notas" contra Netto na obra de Macedo encerram-se com a reprodução da carta de renúncia do sub-diretor da seção de botânica do Museu Nacional, Collatino Marques de Souza Filho, publicada no "Jornal do Commercio", de 23 de janeiro de 1886, a fim de se "libertar das pressões do Sr. Ladislau Netto, apesar de ter merecido até agora a confiança do Governo Imperial"...

Não devia ser Ladislau Netto homem de fácil relacionamento, o que somado à proteção que sempre lhe dispensou o Imperador, cargos que acumulou e distinções obtidas nas sociedades científicas do seu tempo, acarretaram-lhe numerosas inimizades, merecidas algumas e outras evidentemente filhas da inveja.

Mesmo muitos anos depois de morto, tem sido violentamente atacado. Encontramos porém em Angycne Costa (17) seu sincero defensor dando-lhe o título de pai da archeologia brasileira, por ter sido o primeiro a organizar, com critério científico, as coleções archeológicas do Museu Nacional. A exposição antropológica de 1882, feita no Rio de Janeiro, e que foi a primeira na América do Sul, justificaria o elogio. As suas "Investigações", tão criticadas por tantos, não se pode negar o mérito do pioneirismo. Sem lhe negar os méritos, na biografia de Ladislau Netto, que apresentou ao Congresso dos Americanistas de Lima, em 1939, fez-lhe Angyone Costa uma crítica equânime e compreensiva de sua obra, situando o homem no seu momento histórico, "Era um sábio no sentido que se possa dar ao homem que alargou muito o campo dos seus conhecimentos. Não era um talento de síntese. Não tinha gênio criador. Mas seria injustiça negar-lhe uma curiosidade sem limite e uma inteligência vivíssima. E foi esta inteligência vivíssima que, prejudicou parte desses estudos. Imbuído de todas as idéias que corriam, ao tempo, na Europa, sobre as questões a que se filia

o seu espírito, Ladislau Netto, demonstrando uma grande compreensão da arqueologia, ampliou entretanto, em excesso, o campo das suas conclusões. Via os objetos conforme queria que eles fôsem, e não como eles eram. E assim, podendo ser um grande livro, as suas "Investigações sobre a Arqueologia Brasileira", são hoje um ensaio valioso pelo material recolhido, mas que precisa ser lido com muita acuidade e objetivação científica. Não tem espírito de análise objetiva porque seu autor nem sempre pôde soffrear os vãos da fantasia"

Anyone Costa não é o único admirador de Netto. Raimundo Moraes, autor do delicioso livro "Paiz das Pedras Verdes" (18), chama-o de Champolion brasileiro, impressionado talvez, com os quadros comparativos dos caracteres marajoaras com outras escritas, os quais, precisamente, levantaram as iras de Macedo e Sylvio Romero.

Não cremos que Ladislau Netto mereça o título de pai da arqueologia brasileira que lhe otorga Anyone Costa, mais do que possam merece-lo Ferreira Pena e Goeldi, criadores do Museu de Belém ou o próprio Lund que descobriu a raça mais antiga que habitou o Brasil.

Sem querer ser triunfalistas diríamos que o primeiro arqueólogo brasileiro foi Pedro II. Dizemos arqueólogo e não antropólogo, porque anteriores são os numerosos missionários e viajantes interessados em estudos indigenistas. D. Pedro II foi um arqueólogo com o espírito dos membros da Sociedade de Antiquários de Londres, com visão classicista e heróica do mundo antigo, pouco interessado no conhecimento da pobre arqueologia indígena. É com esse espírito europeu que protegerá Ladislau Netto, facilitando-lhe os estudos na França com Renan e com a secreta esperança de umas origens clássicas para os indígenas da antiga colônia. Deve ter recebido com alegria a notícia do achado da falsa inscrição fenícia da Paraíba do Sul, assim como os quadros comparativos dos desenhos da louça de Marajó com antigas línguas orientais, publicados por Ladislau Netto. Mas, porque dar-lhe o título de primeiro arqueólogo além dos muitos já inerentes a sua real pessoa? Temos uma carta do Visconde do Rio Branco, datada de 2 de junho de 1877, comentando que seu filho e o Imperador são os únicos assinantes da Revista dos Americanistas: (19)

Côrte, 2 de Junho de 1877.

Senhor.

Permita Vossa Magestade Imperial que eu me sirva d'este meio para entregar-lhe a carta junta, do Presidente do Congresso dos Americanistas, que a enviou pelo intermedio do Consul do Brasil em Liverpool. Os exemplares, á que se refere a carta, não chegaram ainda. Meu filho lamenta que só Vossa Magestade, e elle, sejam assinantes d'essa util publicação. Para encobrir a lacuna, elle comprou á sua custa varios exemplares, que remette a pessoas distinctas da Côrte. Das sementes que o dicto Consul remettera antes ao Visconde de Bom Retiro, algumas erão offerecidas a Vossa Magestade.

De Vossa Magestade Imperial  
Muito reverente e dedicado subdito  
Visconde do Rio Branco

Foram os Congressos dos Americanistas a pedra angular das pesquisas pré-históricas na América. Desde sua criação, (1.º Congresso de Nancy, em 1875), celebraram-se de dois em dois anos, alternadamente num país da Europa e das Américas, segundo determinava o artigo 2.º dos seus Estatutos, com raras exceções, como por exemplo, durante a Primeira Grande Guerra. Em 1922, fazendo parte das comemorações do Centenário da independência, realizou-se o XX Congresso Internacional dos Americanistas, o

primeiro celebrado no Brasil, no Rio de Janeiro, e que teve como patrono o próprio Presidente da República, Epitácio Pessoa. Os Anais foram organizados pelo paraibano León Clerot, um dos primeiros investigadores da arqueologia paraibana e por Paulo José Pires Brandão, este do Rio de Janeiro. Entre as figuras de maior destaque científico da época estavam presentes ao Congresso o antropólogo Levy-Brühl e o pré-históriador Ales Hrdlicka. Delegados de 24 países estrangeiros, de nove estados brasileiros, representantes de mais de uma centena de instituições estrangeiras, 150 instituições brasileiras e quase um milhar de congressistas inscritos, 90 publicações distribuídas entre os presentes, sete exposições antropológicas e etnológicas realizadas durante o Congresso e as 103 comunicações e memórias apresentadas às sessões, dão-nos uma idéia da importância da reunião.

Se em 1877, o único assinante dos Anais era D. Pedro II, em 1922 foram muitos os brasileiros que aderiram aos estudos americanistas.

#### NOTAS

- 1 — Angyone Costa. Introdução à Arqueologia brasileira (Etnografia e História). 3.ª ed. "Brasiliana" n.º 34, São Paulo, 1959, pags. 81 - 82.
- 2 — E. Onfroy de Thoron. Voyages des Vaisseaux de Salomon au Fleuve des Amazonas. Genova 1899. Antiguidade da navegação do Oceano, das viagens dos navios de Salomão ao rio das Amazonas, Ophir, Tarchich e Parvoim. Anais da Biblioteca e Archivos do Pará, L. IV, 1905.
- 3 — Gabriela Martin. Estudos para uma desmitificação dos petroglifos brasileiros. A pedra lavrada de Ingá. Revista de História, n.º 102, São Paulo, 1975.
- 4 — J. Imbeloni. Las "profecias de América" y el ingreso de la Atlántida en la Americanística. Boletim de la Academia de la Historia n.º XIII, Buenos Aires. 1939.
- 5 — Florentino Ameghino. La antigüedad del hombre en el Plata. Paris 1880. Ed. de la "Cultura Argentina", Buenos Aires, 1918.
- 6 — Domingo Magarinos. Aquém da Atlântida.
- 7 — Alfredo Brandão. A escripta pré-histórica no Brasil. (ensaio de interpretação), Ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1937.
- 8 — Teodoro Sampaio. "Arqueologia Brasileira" in Dicionário Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil, vol. I. Rio de Janeiro, 1922.
- 9 — Arnold Hauser. História Social da Literatura e da Arte. Ed. Mestre Jou. vol. 1, São Paulo 1972, pag. 1.
- 10 — Armando Vivante e J. Imbeloni. Libro de las Atlántidas, Col. "Humanior", ed. Nova, Buenos Aires s/d.
- 11 — Pedro Calmon. História do Brasil. Ed. José Olímpio, vol. 1, Rio de Janeiro, 1959, pag. 50.
- 12 — F. H. Alexandre von Humboldt. Histoire de la Géographie du Nouveau Continent, Paris, 1883.
- 13 — Vivante-Imbeloni. ob. cit. pag 251.

- 14 — Ludwíg Schwennhagen. Antiga História do Brasil de 1100 A. C. a 1500 D.C. (Tratado histórico). 1.ª ed. Teresina, 1928, 2.ª ed. Rio de Janeiro, ed. Catedra, 1970.
- 15 — Tristão de Alencar Araripe. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil. In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro," vol. 1, Rio de Janeiro, 1887.
- 16 — Ladislau Netto. Investigações sobre a Arqueologia brasileira. Archivos do Museu Nacional, vol. VI, Rio de Janeiro, 1885.
- 17 — Anyone Costa. Indiologia. Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, 1943. e Introdução à Arqueologia Brasileira. ob. cit. pag. 76 e segs.
- 18 — Raymundo Moraes. Paiz das Pedras Verdes. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1931.
- 19 — Cartas do Visconde de Rio Branco. Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1951.